



MuGeDe
Mulher, Género e Desenvolvimento

**Estratégias e Políticas Nacionais e Internacionais para a Soberania e
Segurança Alimentar e Nutricional e Direito à Alimentação**

Saquina Mucavele
Directora Executiva da MuGeDe



Estrutura da Apresentação

1. Introdução

1.1. Quem é a MuGeDe

1.2. Moçambique – Situação Geográfica

2. Moçambique e a Soberania vs Segurança Alimentar e Nutricional

2.1. Conceitos

2.2. Contexto Internacional

2.3. Contexto Nacional

2.4. Causas, Vítimas e Consequências da InSAN

3. Políticas e Estratégias Nacionais

4. Políticas e Estratégias Internacionais

5. Experiência da MuGeDe

6. Recomendações



1.1. Quem é a MuGeDe

- A MuGeDe - Mulher, Género e Desenvolvimento, foi criada em 2004;
- E uma pessoa colectiva de direito privado, de carácter humanitário voluntário, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativo-financeira e patrimonial;
- A MuGeDe trabalha nas áreas de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e na óptica de Género, com especial atenção para o empoderamento da Mulher, em particular, a Mulher Rural;
- A MuGeDe é de âmbito nacional e tem a sua sede em Maputo.



1. INTRODUÇÃO

1.2. Moçambique – Situação Geográfica

Variável	Descrição
Nome oficial	República de Moçambique
Localização	Costa oriental da África Austral
Limitação	Norte – Tanzânia Noroeste - Zâmbia e Malawi Oeste - Suazilândia e Zimbabwe Sudoeste - África do Sul Leste - Canal de Moçambique - banhado ao longo de toda a costa pelo Oceano Índico.
Extensão territorial	801.590km ²
População	Cerca de 23 milhões (Homens - 49%; Mulheres - 51%).
População residente	Rural - 62,35% e Urbana - 37,65%



||

Moçambique e a Soberania vs Segurança Alimentar e Nutricional



2.1. Conceitos

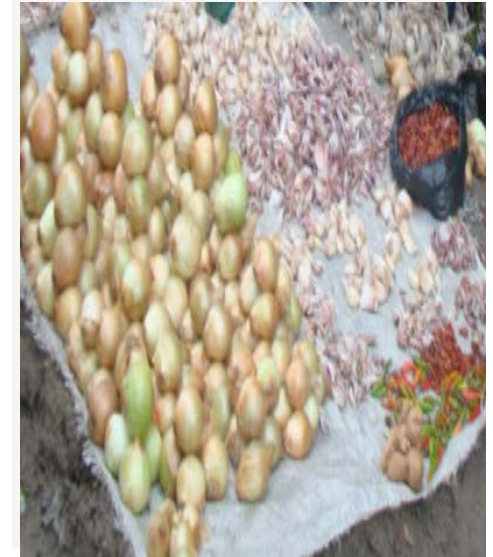
- **Soberania Alimentar** - Entendido como o direito dos povos definir as suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação adequada e acessíveis a toda a população, com base na pequena e média produção respeitando a diversidade cultural e os modos de produção (sustentável e ecológica).
- **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)** - Define-se como a realização do direito de todas as pessoas ao acesso físico e económico, sustentável e a todo o momento, a uma quantidade suficiente de alimentos adequados, inofensivos, nutritivos e aceitáveis num contexto cultural moçambicano, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, a fim de levar uma vida saudável e activa.
- **Garantir o Direito à Alimentação** - Significa a possibilidade de as pessoas se alimentarem directamente das terras produtivas ou através de outros recursos naturais ou compra de alimentos.



2.2. Contexto Internacional

O número de pessoas desnutridas no mundo conhece hoje números inadmissíveis:

- 870 milhões de pessoas cronicamente desnutridas;
- Destas 850 milhões vivem nos países em desenvolvimento;
- Na África SubSahariana 32,8% da população é desnutrida;
- 12,8% de desnutridos estão na Ásia Meridional;
- A América Latina tem 13,6% da população desnutrida.



2.2. Contexto Internacional (Cont.)

- Para agravar o problema da desnutrição, os países em desenvolvimento enfrentam o calvário das inadequadas condições sanitárias e da falta de água potável para o consumo;
- Como consequência da desnutrição muitas crianças têm baixo peso à nascença;
- Os índices mais elevados de crianças com baixo peso à nascença e as elevadas taxas de mortalidade infantil, como consequência da desnutrição, registam-se na África Subsaariana;
- Segundo o Relatório 2011/2012 da FAO, a África é o continente que aumentou o número de pessoas que sofrem de fome, passando de 175 milhões para 239 milhões de pessoas, 20 milhões das quais nos últimos 4 anos;
- Muitos países têm as suas economias baseadas na agricultura pelo que o aumento dos proventos da agricultura de pequena escala, maioritariamente praticada pelas mulheres rurais, se demonstra efectivo para a redução da pobreza extrema e da fome.



2.3. Contexto Nacional

De 1990 até à data (2012) o número de desnutridos em Moçambique aumentou em 18%:

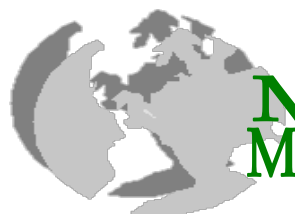
- De 1990 a 2009 eram 8 milhões e de 2009 a 2012 são 9 milhões de desnutridos, numa população de cerca de 23 milhões de habitantes;
- Estes números tiveram como consequência a emigração e a tendência de urbanização à busca de uma hipotética segurança alimentar e nutricional - uma miragem;
- 40% das crianças moçambicanas apresentam desnutrição crónica;



2.3. Contexto Nacional (Cont.)

À semelhança de outras, a sociedade moçambicana está subdividida em classes; As classes sociais determinam, cada uma à sua sorte, a sua soberania alimentar:

- A classe alta é bastante influenciada pelos hábitos alimentares europeus e acidentalmente também os asiáticos;
- A classe média tem uma miscelânea de hábitos alimentares, que rangem desde os tradicionais (pratos típicos moçambicanos) à aproximação aos hábitos alimentares europeus e asiáticos;
- Já a classe baixa, constituída sobretudo pelos povoados rurais, poucas ou nenhuma escolhas tem senão consumir o que produz (o tradicional), determinando assim a sua soberania alimentar, condicionada pelo fraco poder de compra.



2.3. Contexto Nacional (Cont.)

- A classe baixa (a dos pobres) enfrenta a insegurança alimentar agravada pelas mudanças climáticas (ciclones, estiagem, cheias, etc.), para além do dramático cenário da prevalência dos elevados índices de HIV & SIDA;
- As mudanças climáticas condicionam o consumo de água saudável, pois as poucas fontes que escapam ao assoreamento são disputadas com animais, que também buscam abeberamento;
- Os hábitos alimentares das populações rurais constituem um caso de estudo. Famílias há que morrem à fome por falta de outro tipo de produtos mas sendo ricas em gado, que fornece leite, carne e outros derivados, mas que a tradição condiciona o seu consumo.



2.4. Causas, Vítimas e Consequências da InSAN

Causas

- Ineficácia de implementação de políticas e má administração dos recursos naturais;
- O difícil acesso aos meios de produção pelos pequenos produtores, mulheres rurais, ou pela população em geral;
- Deficiente planificação agrícola;
- A destruição deliberada das colheitas;
- A relação entre cultura e alimentação;
- Falta de envolvimento dos pequenos camponeses e mulheres rurais actores-chaves para a produção agrícola, no desenvolvimento de políticas para que estas reflectam as necessidades reais;
- A não consumo de alimentação adequada e a não valorização dos hábitos alimentares culturais;
- Ausência de políticas para os grupos vulneráveis e em particular para as mulheres rurais.



2.4. Causas, Vítimas e Consequências da InSAN

Consequências

- Problemas mentais e físicos.
- Estão mais vulneráveis as doenças sérias (como HIV/SIDA, malária), mas também a doenças como diarreia que pode ter impactos mortais.
- Mulheres desnutridas = bebés desnutridos, os bebés com problemas mentais e físicos.
- Impactos negativos para o desfrute dos outros direitos humanos – económicos, sociais, culturais como civis e políticos.
- Torna-se difícil de viver a vida com dignidade.



III

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS



3. Políticas e Estratégias Nacionais

- Desde a Cimeira Mundial de Alimentação de Roma que o Governo de Moçambique tem vindo a aprovar planos e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional com o objectivo de contribuir para a redução da fome e desnutrição para metade da proporção da população Moçambicana segundo o preconizado nos ODMs.
- Foi neste contexto que o Governo aprovou a Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional – ESAN II (2007-2015) e o Plano Multisectorial de Redução da Desnutrição Crónica – PAMRDC (2011-2020), com a missão de construir uma sociedade moçambicana livre da fome, com um capital humano saudável e activo.
- Objectivo global da ESAN: “garantir que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável;

3. Políticas e Estratégias Nacionais

- Para operacionalizar esta estratégia o Governo estabeleceu o PASAN (Plano de Acção para a SAN), tido como instrumento imprescindível para o desenvolvimento económico e social do país;
- No entanto, apesar da vontade política do Governo, o país apresenta altos índices de insegurança alimentar, que se situam à volta de 35% e desnutrição crónica em 42,3%.
- Com o intuito de tornar estas políticas e estratégias mais abrangentes, um outro quadro político-legal foi adoptado, a salientar:
 - O PQG (Programa Quinquenal do Governo)
 - O PARPA (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta) I e II
 - PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário)
 - Lei de Terras.



3. Políticas e Estratégias Nacionais (Cont.)

- Política Agrária e Estratégia de Intervenção
- Política Nacional de Água Rural (concebido para melhorar o acesso à água potável e que consiste na reabilitação e instalação de fontes de abastecimento de água nas zonas rurais);
- O Governo estabeleceu a Estratégia de Género do Sector Agrário (que procura incorporar o género nas políticas e nos programas do sector agrário através de acções que tenham impacto positivo na vida dos grupos populacionais vulneráveis).



IV

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS



4. Políticas e Estratégias Internacionais

O quadro político internacional é vasto. Simplesmente citar-se-á alguns exemplos que demonstram o quão a vontade de permitir a segurança alimentar e nutricional aos povos do mundo é grande e está na agenda de todas as instâncias internacionais e Governos:

- ODM's (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) – nos quais o ODM 1 é explícito: “Erradicar a pobreza extrema e a fome”
- PESA (Programa Especial de Segurança Alimentar) – Iniciativa da FAO com o objectivo de ajudar os países a conseguirem atingir o 1º dos ODM
- GSF (Estratégia Global para Segurança Alimentar e Nutrição)
- CAADP (Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África), pois, os países africanos entendem que com este programa podem elevar a produção agrícola e consequentemente prover de alimentos suficientes aos seus povos.



5. Experiência da MuGeDe

- Conduzimos com sucesso o Projecto “Lutando Pelos Direitos das Mulheres” em parceria com a UN Women, visando capacitar a Mulher Rural em actividades agrícolas e de geração de renda, procurando torná-la auto-sustentável;
- Criámos a Rede Género e Mudanças Climáticas, como uma plataforma para influenciar políticos, legisladores, governantes e outra parte do tecido socioeconómico e cultural a fazerem a abordagem das Mudanças Climáticas tendo em conta a integração do género e dos direitos das Mulheres;
- Juntamente com as Associações das Mulheres Rurais, criámos o Movimento Moçambicano das Mulheres Rurais (MMMR), com o objectivo de torná-las proactivas, facilitar a sua participação nas políticas públicas e nos foruns de decisão nacional e internacional e advogar pela equitativa distribuição da terra, dos meios de produção, dos restantes recursos naturais e dos respectivos benefícios;

5. Experiência da MuGeDe (Cont.)

- A MuGeDe, delegada pelo MMMR, apresentou durante a IX Cimeira dos Chefes de Estado e de Governos da CPLP a proposta da criação do Fórum das Mulheres Rurais da CPLP, que foi aprovada, quer pela Sociedade Civil, quer pelos Governos do órgão;
- Somos membros-fundadores da IANRA – Aliança Internacional para os Recursos Naturais em África, que congrega vários países da África e da Europa, desempenhando neste momento a coordenação para Moçambique e de Presidente em Exercício da Aliança;
- Somos membros da ROSA – Rede de Organizações para Soberania Alimentar, que coordenámos durante dois anos e em representação desta, da sociedade civil Moçambicana e das mulheres rurais, assinámos o Compromisso com o Governo para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique, assim como o Pacto Nacional do CAADP (Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África).



5. Experiência da MuGeDe (Cont.)





6. Recomendações

- Garantir a participacao da Scivil, pequenos agricultores e em particular as mulheres rurais no desenvolvimento das políticas de SAN(concepcao, elaboracao, planificacao, monitoria e avaliacao dos programas);
- Apoiar os pequenos agricultores com vista ao aumento da producao e produtividade em particular as mulheres rurais que constituem um segmento da sociedade que está inequivocamente ligado à produção agrícola familiar e de pequena escala, à soberania e segurança alimentares e nutricional e consequentemente a solução dos problemas da fome que assola grande parte da humanidade com incidencia para a mulher e crianca;
- Garantir a integracao dos aspectos transversais à SAN no desenvolvimento de políticas e estratégias da SAN;
- Garantir a acessibilidade física e económica dos alimentos;



6. Recomendações

- Aumentar a produção e produtividade e garantir o funcionamento da cadeia de valor;
- Criar instrumentos que protejam os produtores agrícolas de pequena escala;
- Alocar aos agricultores tecnologias e insumos adequados à realidade local;
- Garantir a complementaridade entre a agropecuária e a agroecologia;
- Promover técnicas de conservação com baixos insumos externos visando o incremento da produtividade.
- Criar legislação específica para as Mulheres Rurais.
- Criar fundo específico para agricultores de pequena escala e em particular para as mulheres rurais;
- Promover diversas formações ligadas a SAN, com aumento de extensionistas de mulheres;
- Promover a educação nutricional, com vista ao resgate dos hábitos culturais e promover reflexão sobre o padrão moderno de alimentação, partilhar experiências e reflectir sobre as consequências para a saúde,
- Promover a criação de cooperativas agrícolas;
- Apoiar as mulheres para o acesso ao crédito bonificado.
- Promover participações em fóruns a todos os níveis e troca de experiências;



Para finalizar:

Segundo o Relator Especial das Nações Unidas para o DHAA, a erradicação da fome no mundo e garantir a realização progressiva do Direito Humano a Alimentação Adequada segundo o relatório especial das Nações Unidas, passa não só pelo fortalecimento dos sistemas agrícolas, adopção de métodos agroecológicos que garante o desenvolvimento agrícola sustentável, com foco no DHAA, dando autonomia aos grupos vulneráveis e cria uma relação mais equilibrada com a natureza ou seja com os recursos naturais.

Diz ainda no seu relatório que o importante não é só quanto, mas sim como! e eu diria e com quem contar!

Fim

Uma boa nutrição garante o desenvolvimento econômico sustentável

Muito obrigado